

### Primeiras descobertas

- 1- A tramitação do projeto na Câmara, em 2015, apesar da importância e do efeito das medidas, ocorreu com grande velocidade. Entre o ingresso do projeto e a votação, passou-se pouco mais de um mês.
- 2- Quando anunciou que as mudanças representariam um aumento de apenas R\$ 300 mil na folha de pagamento, o técnico atuarial não considerou os avanços decorrentes da qualificação dos servidores porque recebeu a informação de que eles não ocorreriam imediatamente. Em seu depoimento, também disse que a implantação das mudanças estava prevista inicialmente para três etapas, mas a Administração fez tudo de uma só vez.
- 3- A mudança de regras dobrou os salários de algumas categorias e permitiu que um grupo de servidores fosse beneficiado e, em seguida, pedisse a aposentadoria, levando o novo valor do

vencimento integralmente, sem ter contribuído para isso. No longo prazo, o Fundo de Aposentadoria dos municipais sentirá esse desequilíbrio.

- 4- As novas regras permitiram que imediatamente muitos servidores acumulassem avanços por conta de cursos de qualificação, inclusive, fora da sua área de atuação. A proposta inicial estabelecia um período de aquisição de cinco anos para as primeiras incorporações.

- 5- O texto do projeto de lei sofreu alterações durante a tramitação na Câmara, sem que o peso delas tenha sido avaliado antes da votação pelo plenário.

- 6- Na época da votação, na legislação anterior, os vereadores não consideraram alertas feitos por outros servidores e integrantes do Fundo de Aposentadoria (FAP), que já apontavam distorções no cálculo de impacto financeiro.

### As respostas da defesa para cada acusação

#### 1 Acusação

Em 2018, a empresa Komac Rental teria solicitado um reajuste no pagamento pela coleta do lixo, elevando a fatura para R\$ 300 mil mensais. O pedido inicialmente teria sido negado, mas aceito depois, mediante o pagamento de propina no valor de R\$ 150 mil.

#### Defesa

A defesa informa que o contrato entre a Prefeitura e a Komac foi assinado em 10 de junho de 2014 e a empresa recebia R\$ 189.905,57 pela coleta do lixo. Em janeiro de 2015 (governo Paulo Azeredo), houve reequilíbrio financeiro, sob a alegação de que o valor inicial era fruto de um orçamento feito em 2013 e que vários insumos haviam aumentado desde então. Assim, a fatura mensal passou para R\$ 207.805,72. Em outubro de 2015 (governo Aldana), a empresa também obteve o primeiro reajuste anual, com base na inflação, previsto em contrato. Assim, a prestação do serviço subiu para R\$ 222.277,10.

Já em 2016, a empresa, igualmente com base no contrato, pediu novo reajuste anual da inflação, que foi negado e arquivado na época. O Município atravessava grave crise financeira e não havia recursos para honrar o compromisso. Inclusive, o então prefeito Luiz Américo Aldana publicou um decreto determinando cortes em despesas.

Nos anos seguintes, a Prefeitura voltou a pagar os reajustes anuais, mas o percentual referente à inflação entre

2015 e 2016 ficou pendente, gerando um passivo aos cofres públicos. Este valor, que somou R\$ 283.032,37, só foi repassado mediante nova solicitação em 2018, em duas parcelas, em 4 de outubro e 14 de novembro.

O pedido da Komac referente ao reajuste não pago em 2016, segundo o advogado Jorge Fernandes, foi considerado legal pela Administração, que não colocou obstáculos à liquidação da dívida. Logo, não teria havido motivo para a empresa pagar propina a alguém.

#### 2 Denúncia

O ex-secretário municipal da Fazenda, Nestor Bernardes, teria sido filmado na sede da Komac, recebendo dinheiro de propina.

#### Defesa

As imagens apresentadas pela denunciante somam 15 segundos e, de acordo com a defesa, mostram vagamente o secretário chegando à sede da Komac. Não há diálogos ou gestos que indiquem qualquer tipo de pagamento.

#### 3 Denúncia

Os valores referentes à propina teriam sido depositados na conta da denunciante para posterior repasse ao secretário Nestor. Ele teria dito a Letícia que entregava o dinheiro ao prefeito e este o partilhava entre os demais envolvidos.

#### Defesa

O advogado Jorge Fernandes aponta que os extratos bancários apresenta-

dos pela denunciante mostram apenas alguns depósitos feitos na conta dela, em valores pequenos, normalmente de R\$ 1.000,00 ou pouco mais. Ele sugere que podem ser referentes ao próprio salário como funcionária da Komac Rental. A defesa ressalta que não há qualquer indício ou prova de que este dinheiro, muito inferior aos R\$ 150 mil citados na denúncia, tenha sido destinado ao ex-secretário da Fazenda, Nestor Bernardes, e posteriormente ao prefeito Kadu.

#### 4 Denúncia

Depois que os fatos vieram a público, no fim do ano passado, o prefeito Kadu, em conversa por whats app, teria chamado a denunciante para uma conversa em seu gabinete, assegurando que a receberia a "qualquer hora". O objetivo teria sido garantir que permanesse calada.

#### Defesa

Segundo o advogado, a conversa inicia com a denunciante citando a existência de pagamento de propina a agentes do governo. Diante disso, o prefeito a convida a ir ao gabinete para saber do que se trata. E considerando a gravidade do que fora dito, apenas convidou-se à disposição para atendê-la a "qualquer hora". Para Jorge Fernandes, há uma clara tentativa da denunciante em manipular o diálogo para deixar a impressão de que o prefeito estava envolvido nas supostas irregularidades. O encontro não aconteceu.